



RESOLUÇÃO N° 1013/2012 - CST

Dispõe sobre julgamento do auto de infração n° 821526, em nome da empresa PATRICIA DE FÁTIMA COSTA COUTO E CIA LTDA, conforme Processo n° 200900029009580.

A Câmara Setorial de Transportes do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei n° 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei n° 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei n° 13.569, de 27 de dezembro de 1999, modificada pela Lei n° 17.268, de 04 de fevereiro de 2011, estabelece que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente serão inicialmente, apreciadas e deliberadas pela respectiva Câmara Setorial, cabendo, da decisão desta, recurso à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, órgão regulador;

Considerando o disposto na Lei n° 8.987/95, Decreto n° 2.521/98, ambos da ANTT que dispõem sobre a exploração mediante permissão e autorização de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, e ainda o Convênio firmado entre ANTT/AGR, conferindo poderes à última para a fiscalização do transporte interestadual de passageiros nas rodovias estaduais;

Considerando o que consta do processo, principalmente os pareceres técnico e jurídico, os quais são adotados na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando o disposto na Resolução n° 233, de 25 de junho de 2003, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, que regulamenta a imposição de penalidades por parte da ANTT, no que tange ao transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

Considerando que a empresa PATRICIA DE FÁTIMA COSTA COUTO E CIA LTDA, infringiu o art. 1º, Inciso I, "L" da Resolução n° 233/2003, por trafegar com veículo em serviço, sem documento de porte obrigatório, não previsto em infração específica, no original ou cópia autenticada, no percurso Valença do Piauí-PI / Morro Agudo-SP, foi autuada em 25/09/2009, nos termos do auto de infração n° 821526,

Considerando a decisão da Câmara Setorial de Transportes, em reunião realizada em 23/05/2012,

R E S O L V E:

Art. 1º Manter o auto de infração n° 821526, em nome da empresa PATRICIA DE FÁTIMA COSTA COUTO E CIA LTDA, pelo descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara Setorial de Transportes do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 23 dias do mês de maio de 2012.

Ana Carolina de Lima Costa
Conselheira Coordenadora

José Duarte dos Santos
Conselheiro

